

# COMO VAI A ECONOMIA NO RIO DE JANEIRO?

NOTA TEMÁTICA • Nº49 • JANEIRO DE 2019



## INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica e social do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) desafia as micro e pequenas empresas a superar questões de competitividade, sustentabilidade e, conseqüentemente, da capacidade de geração de trabalho e renda. O Estado do Rio de Janeiro navega por crise fiscal particular, com forte deterioração das condições do mercado de trabalho a partir de 2014, caracterizada pela queda dos empregos com carteira assinada e aumento do número de trabalhadores por conta-própria.

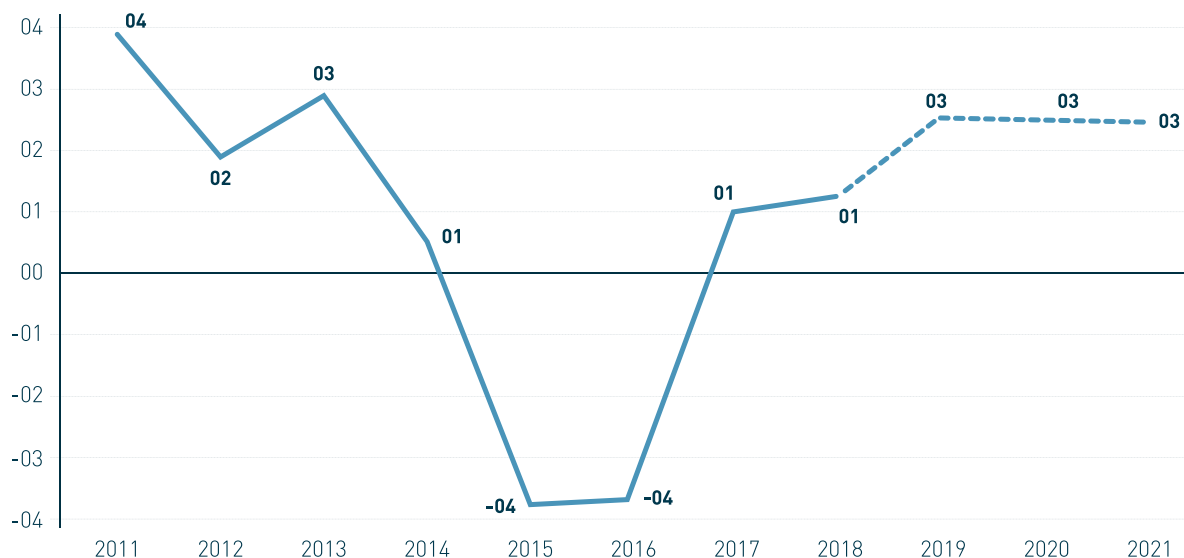
Diante disso, a análise conjuntural é essencial para a compreensão do cenário recente e para o planejamento de ações para 2019. O ano, aliás, traça nova perspectiva para o país, dadas as mudanças de comando nos Governos Federal e Estadual e as incertezas sobre a gestão das novas lideranças políticas e seus desdobramentos na economia. A perspectiva é de recuperação da atividade econômica, o que já se configura, lentamente, desde 2017.

A Nota Temática 49 traça um panorama da economia nacional e analisa de forma descritiva e sucinta indicadores macroeconômicos e do mercado de trabalho no Estado do Rio de Janeiro e discute algumas características do empreendedorismo materno, dando continuidade ao tema da Nota Temática nº 48. Para tanto, foram utilizados indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios trimestral (Pnad-C tri), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos dados administrativos do Ministério do Trabalho, além de informações extraídas do Relatório de Mercado Focus, publicado pelo Banco Central do Brasil (BCB).

## PANORAMA NACIONAL

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 2017, interrompeu a dinâmica recessiva. No entanto, a perspectiva de crescimento do país para os próximos anos dos analistas do mercado financeiro, segundo a pesquisa Focus, do Banco Central do Brasil – 30 de novembro de 2018, é modesta. O mercado previa crescimento de 1,32%, em 2018 e em torno de 2,50%, a partir de 2019 até 2021.

**GRÁFICO 1 | TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DO BRASIL (%) - 2011 A 2021** FONTE: IETS com base nos dados das Contas Nacionais/IBGE e projeções (2018 a 2021) da Pesquisa Focus.



O PIB pode ser analisado por dois primas: (i) seu componente potencial, que refere à capacidade de oferta da economia, sua capacidade produtiva instalada – o que se traduz na possibilidade de crescimento, sem pressão inflacionária, e (ii) seu componente cíclico, que compreende fatores econômicos conjunturais<sup>1</sup>. Na crise, o PIB Potencial estagnou em função do cenário externo desfavorável – pelo desaquecimento da economia chinesa e queda nos preços das *commodities* – e da retração dos investimentos, dadas as incertezas políticas – materializadas pelo processo de impeachment e da instabilidade no parlamento, fruto da fragmentação partidária e das investigações e prisões da operação “Lava-Jato” – e da crise fiscal, consequência da política macroeconômica, particularmente os crescentes déficits fiscais que provocaram aumento da dívida pública<sup>2</sup>. O processo de expansão da capacidade produtiva foi, portanto, interrompido. A consecutiva baixa utilização da capacidade instalada, por conta do baixo nível de investimento, abriu espaço para uma reação cíclica<sup>3</sup>, tímida, desde 2017.

O contexto recessivo e a conseguinte reação lenta de crescimento da economia, aliados à ausência de choques externos, diminuiram a pressão sobre preços. As expectativas de inflação para 2018 e 2019, de acordo com a pesquisa Focus, encontram-se, portanto, em

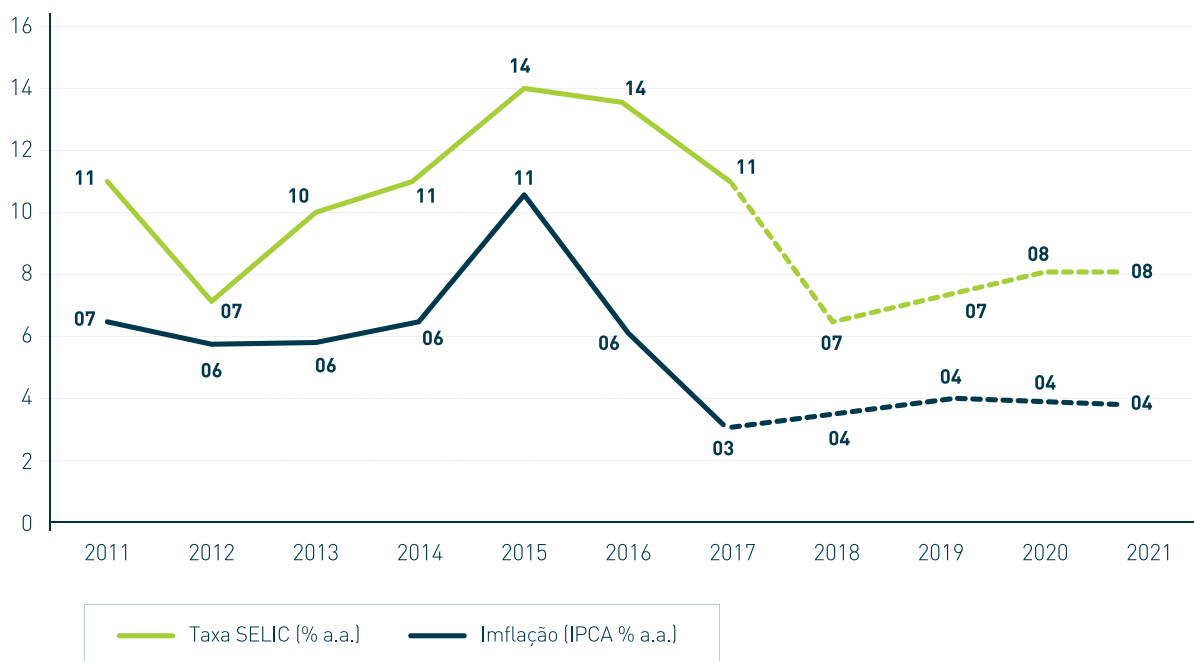
1. O PIB potencial reflete as condições estruturais da economia, como as disponibilidades de capital físico e humano, as instituições, a tecnologia, entre outros. Por sua vez, os ciclos expressam fatores conjunturais, como incentivos de política econômica, choques externos, conjuntura política, etc.

2. Segundo o Relatório Quadrimestral de Projeções da Dívida Pública, publicado em novembro de 2018 pela Secretaria do Tesouro Nacional, a relação Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) deve alcançar 77,3% ao final de 2018 (elevação de 3,3 p.p. no ano), seguindo em rota de crescimento até 2022, quando inicia uma trajetória de queda, fechando 2027 em 73,2%.

3. Referem-se às flutuações da atividade econômica no longo prazo, e não necessariamente uma tendência.

torno de 3,7% e 4,0%, respectivamente. Para 2020 e 2021 continuam no mesmo patamar, em torno de 4,0%, o que reflete o prognóstico de retomada lenta dos investimentos e da demanda por bens e serviços.

**GRÁFICO 2 | EVOLUÇÃO DA INFLAÇÃO E DA TAXA DE JUROS (% A.A.) - 2011 A 2021** FONTE: IETS  
com base nos dados do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor/IBGE e projeções (2018 a 2021) da Pesquisa Focus.



Neste cenário, são limitados os efeitos positivos dos estímulos monetários do Banco Central – ora por resistência dos bancos em aumentar a oferta de crédito e baixar os juros, dado o risco elevado, no primeiro momento, pelo processo recessivo e, agora, pela reação acanhada da economia, ora pela baixa demanda das famílias e empresas, dadas as incertezas do comportamento da renda futura. Também segundo a pesquisa Focus, o mercado espera a taxa básica de juros estável, Selic em 6,50% ao ano, e a taxa de câmbio constante, R\$ 3,80/US\$.

De acordo com o Relatório de Inflação do BCB, a economia brasileira segue em processo de recuperação, “em ritmo mais gradual do que o esperado no início do ano”. No âmbito da oferta, a maioria das atividades do setor de serviços cresceu a taxas superiores à média dos quatro trimestres anteriores. No entanto, destacaram-se recuos mais expressivos nos desempenhos da indústria e dos segmentos do setor terciário mais sensíveis à atividade fabril – como comércio e transporte, reflexo da greve dos caminhoneiros ocorrida no final de maio. O impacto da paralisação foi expressivo sobre os preços dos alimentos *in natura*, produtos perecíveis que necessitam reposição em alta frequência. A pesquisa aponta que os preços da categoria “tubérculos, raízes e legumes” subiram 45% durante o período do protesto, enquanto os preços de “frutas” e “hortaliças e verduras” aumentaram cerca de

8%. Entretanto, os efeitos de alta mostraram-se transitórios, reverteram a alta com o fim da paralisação e normalização da oferta. Segundo o IBGE, foi registrada deflação 0,21% do IPCA em novembro, a maior retração para o mês desde o Plano Real.

Pela ótica da demanda, destacaram-se os impactos da retração nos gastos com investimentos e a desaceleração no consumo das famílias, em linha com o arrefecimento dos indicadores de confiança de consumidores e de empresários.

A economia, portanto, ainda está sob reação cíclica<sup>4</sup> e, nessa trajetória, apresenta melhora gradual do emprego. A taxa de desemprego começou a reagir no segundo semestre de 2017, com a contrapartida da elevação da precariedade dos postos de trabalho. Aumentou a participação de ocupações associadas à economia informal e de pequena escala, em detrimento dos empregados com carteira assinada. Um dos grandes reflexos da crise pode ser justamente o aumento da informalidade: sem encontrar postos formais de trabalho, o contingente de desocupados afetados pela crise encontrou alternativa de renda como empregados sem carteira ou como trabalhadores por conta-própria.

#### ATIVIDADE ECONÔMICA

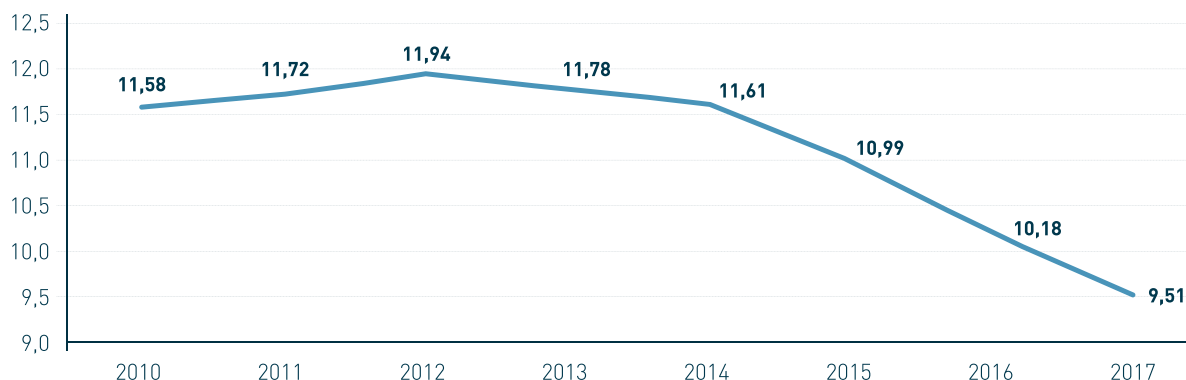
Segundo estimativas da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj), no sentido contrário da trajetória percebida pelo PIB nacional (+1,0%), o PIB fluminense caiu 2,2% em 2017, menos do que em 2016 (-3,7%). Ainda assim, mantém-se como a segunda unidade da federação em tamanho da economia (R\$ 623,8 bilhões). Considerada a população estimada de 16,7 milhões de habitantes, o PIB per capita do estado de 2017 foi de, aproximadamente, R\$ 37 mil, menor patamar dos últimos cinco anos. Diante desse cenário, entre 2016 e 2017, a participação do Estado do Rio de Janeiro no PIB do país caiu de 10,2% para 9,5% – o pior resultado desde a divulgação da nova série do PIB em 2010.

Dentre os setores econômicos, o de serviços, que participa com 76,2% do PIB Estadual, foi o que apresentou queda mais expressiva em 2017 (-3,7%), seguido pela Indústria (-1,2%) e a agropecuária (-1,1%). Contribuíram de forma preponderante com a diminuição da atividade de Serviços as “atividades profissionais” (-30,6%) e “outros serviços, inclusive domésticos” (-12,1%).

Na Indústria, responsável por 23,3% do PIB Estadual três atividades tiveram bom desempenho: a “extrativa mineral”, que teve crescimento de 3,2%, influenciada pela produção de petróleo e gás natural; a “Indústria de transformação”, 4,8%, e a “Produção de eletricidade, gás e água”, 2,9%. Porém, a Construção civil caiu 9,4%. Já a agropecuária, que concentra 0,5% do PIB Estadual, teve queda, principalmente pelo fraco desempenho na produção da cana de açúcar (-7,4%).

4. A diferença entre o produto real e o produto potencial depende das variações cíclicas dos impostos, da taxa de juros real, e dos gastos do governo.

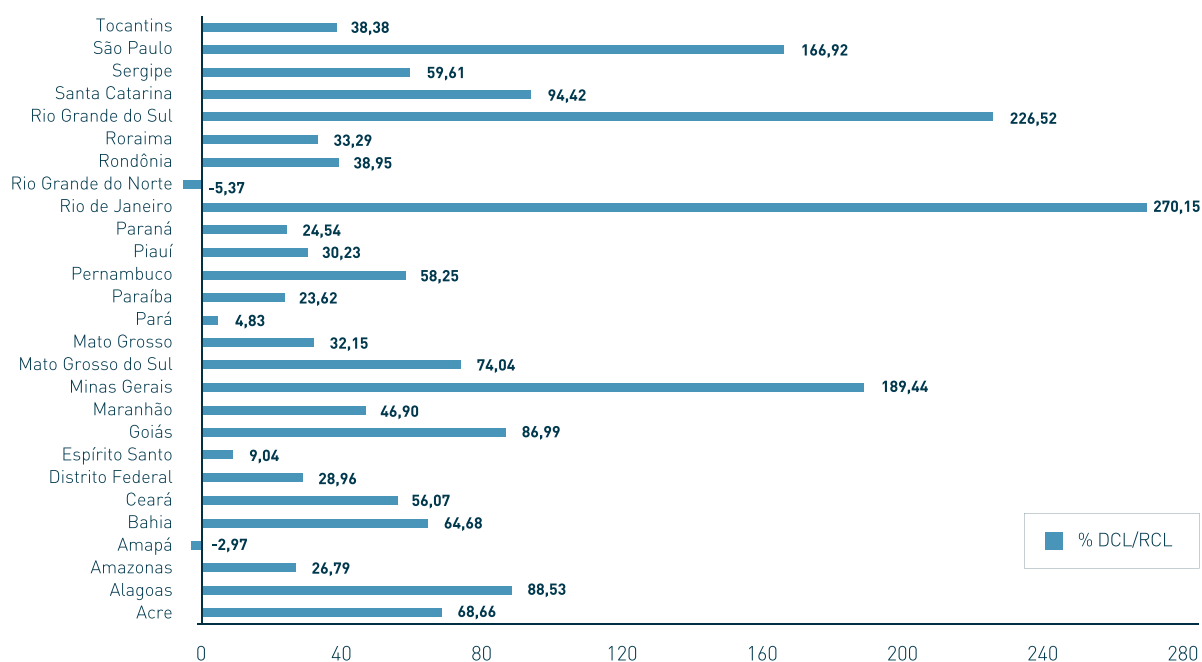
**GRÁFICO 3 | PARTICIPAÇÃO DO ERJ NO PIB NACIONAL (%)** FONTE: IETS com base nos dados da Ceperj.



## SITUAÇÃO FISCAL

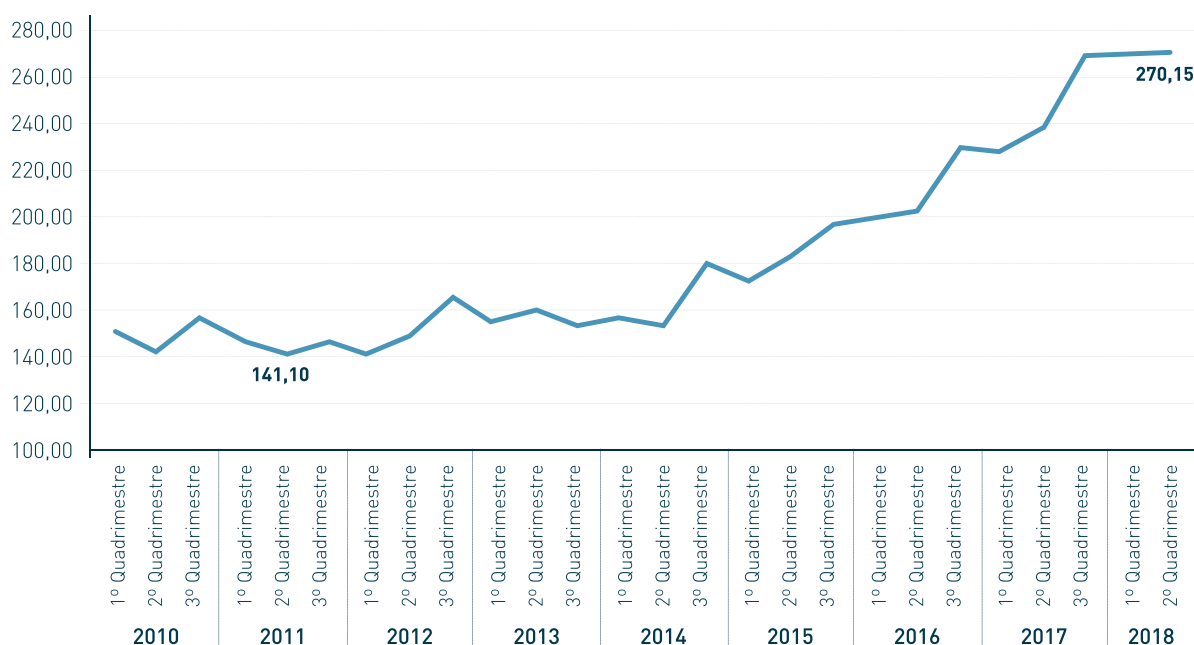
Conforme já observado nas Notas Temáticas nº 43 e nº 47, praticamente todos os estados brasileiros aumentaram o endividamento desde 2011. O Gráfico 4 apresenta o nível de endividamento dos estados no segundo quadrimestre de 2018. Observa-se que o estado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul ultrapassam o limite de endividamento imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), excedendo mais do que 2 vezes a Receita Corrente Líquida. Minas Gerais e São Paulo também se encontram próximos ao limite da LRF.

**GRÁFICO 4 | NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DOS ESTADOS: DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/ RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2º QUADRIMESTRE DE 2018** FONTE: IETS com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



O estado do Rio permanece com pior resultado fiscal entre as 27 Unidades da Federação (UF): a razão Despesa Corrente Líquida (DCL) / Receita Corrente Líquida (RCL) aumentou de 2,38, em 2017, para 2,70 em 2018 (parcial) – dados do Portal da Transparência do ERJ. Com a entrada no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), foi suspenso o pagamento das dívidas refinanciadas e garantidas pela União e recalculado o saldo devedor. A capacidade de investimento do estado, portanto, está comprometida. Não por acaso, teve o pior indicador Investimento/RCL (1,12%) entre as UFs, em 2017 - segundo os dados do Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

**GRÁFICO 5 | EVOLUÇÃO DA DCL/RCL NO ERJ** FONTE: IETS com base nos dados do Portal da Transparência do ERJ. Valores em R\$ de 2018, segundo o IPCA.

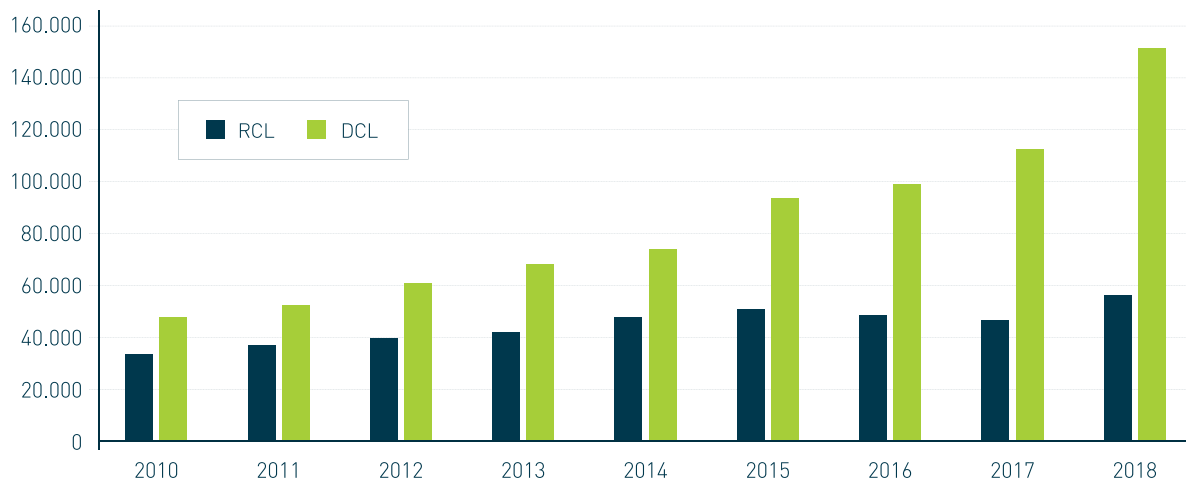


O gráfico 6 mostra a trajetória da RCL e da DCL. Deixa claro que o aumento do endividamento foi o maior responsável pela deterioração do indicador DCL/RCL, embora a frustração de receitas – que se mantiveram estagnadas em termos reais – também tenha contribuído para o quadro, mencionado anteriormente.

O Rio teve a segunda maior despesa proporcional com inativos e pensionistas entre as UFs, em 2017. Além do mais, o Rio foi a que mais aumentou suas despesas com funcionários ativos – entre 2011 e 2017, o crescimento real de despesas com pessoal aumentou cerca de 80%.

O Governo do Estado repassou, em 2017, aos municípios fluminenses R\$ 6 bilhões em ICMS, os municípios, por sua vez, arrecadaram R\$ 8 bilhões em ISS e R\$ 3 bilhões em Royalties – o que demonstra a relevância do setor de Serviços e da indústria de petróleo e gás na economia fluminense.

**GRÁFICO 6 | EVOLUÇÃO DA DCL E RCL NO ERJ** FONTE: IETS com base nos dados do Portal da Transparência do ERJ. Valores em R\$ de 2018, em milhões, segundo o IPCA (considerando o segundo quadrimestre de cada ano).



## TRABALHO E RENDA

A piora das condições econômicas é expressa na renda e, conseqüentemente, no bem-estar dos fluminenses. De acordo com as estimativas da Pnad-C, entre 2016 e 2017, a renda per capita domiciliar sofreu queda de 3% em termos reais, com valor de R\$ 1.498,70, sendo que na capital essa perda foi ainda maior, cerca de 9%. Ainda assim, a renda média no Estado do Rio de Janeiro ainda é 15% maior do que a média nacional – muito em função do peso dos rendimentos da capital. Adicionalmente, no Rio, 78,9% dos domicílios têm renda inferior a dois salários mínimos, ao passo que no Brasil esse percentual equivale à 83%.

**TABELA 1 | RENDA PER CAPITA DOMICILIAR NO ERJ E BRASIL (R\$)** FONTE: Opesociais/IETS. Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Nota: Indicador de renda domiciliar per capita disponível a partir de 2016, somente para divulgação anual.

ABRANGÊNCIA	2016	2017
<b>BRASIL</b>	1.318,78	1.303,11
<b>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>	1.545,70	1.498,70
Rio de Janeiro (Capital)	2.161,88	1.970,53
Região Metropolitana RJ	1.121,42	1.186,68
Interior do RJ	1.189,34	1.211,17

O Estado do Rio de Janeiro é segunda maior economia do País, ainda assim 17% da população fluminense encontra-se abaixo da linha da pobreza. Como em todo Brasil, a pobreza do estado incide mais sobre mulheres negras (pretas ou pardas). Em 2017, 56% dos domicílios fluminenses chefiados por pretas ou pardas estavam abaixo da linha de pobreza. A desigualdade de renda é alta para o PIB: O Coeficiente de Gini, indicador que mede a desigualdade de renda, é de 0,497. A Tabela a seguir apresenta o rendimento médio per capita, por quintil de renda<sup>5</sup> além da renda do 1% mais ricos. Observa-se, de forma inequívoca, a desigualdade do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro, onde a renda dos mais ricos é 56 vezes a dos mais pobres. Aqui, os 20% mais pobres têm, na média, renda aproximada de R\$ 264,77, enquanto o 1% mais rico tem renda de R\$ 14.991,93 – 4,2% inferior à média nacional do mesmo estrato.

## TABELA 2 | RENDA MÉDIA - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE RENDA NO ERJ E BRASIL (R\$)

FONTE: Opesociais/IETS. Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C), divulgação anual. Nota: dados de 2017.

ABRANGÊNCIA	1º GRUPO	2º GRUPO	3º GRUPO	4º GRUPO	5º GRUPO	1% + RICO
<b>BRASIL</b>	177,33	467,18	792,14	1.252,09	3.827,37	15.655,42
<b>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b>	264,77	595,31	924,77	1.452,59	4.255,58	14.991,93
Rio de Janeiro (Capital)	340,42	752,76	1.180,17	1.979,23	5.599,32	18.314,65
Região Metropolitana RJ	219,99	516,21	799,01	1.150,00	3.247,30	12.898,45
Interior do RJ	246,02	539,68	839,31	1.255,28	3.173,91	10.253,40

O rendimento médio do trabalho de todos os ocupados, no terceiro trimestre de 2018, era equivalente a R\$ 2.545,00, conforme a tabela 3. Os setores e categorias com maiores rendimentos, no período, são “Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais” (R\$ 3.748,00), que compreende 21,2% dos ocupados do ERJ, e “Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas” (R\$ 3.193,00), 14,9% do total de trabalhadores no estado. A tabela a seguir mostra a distribuição absoluta e percentual dos ocupados por setor ou categoria no ERJ, bem como a estimativa de seus rendimentos do trabalho mensais.

5. Na estatística, os quintis dividem a distribuição da população em cinco. Ou seja, um quintil representa 20% do total. O quintil de renda é calculado ordenando a população do indivíduo mais pobre para o mais rico, dividindo-o em cinco partes de um número igual de indivíduos, onde o primeiro quintil representa a parcela da população mais pobre; o segundo quintil, o próximo nível e assim por diante até o quinto quintil, representativo da população mais rica.



**TABELA 3 | DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E PERCENTUAL DOS OCUPADOS E RENDIMENTO DO TRABALHO NO ERJ, POR SETOR OU CATEGORIA**

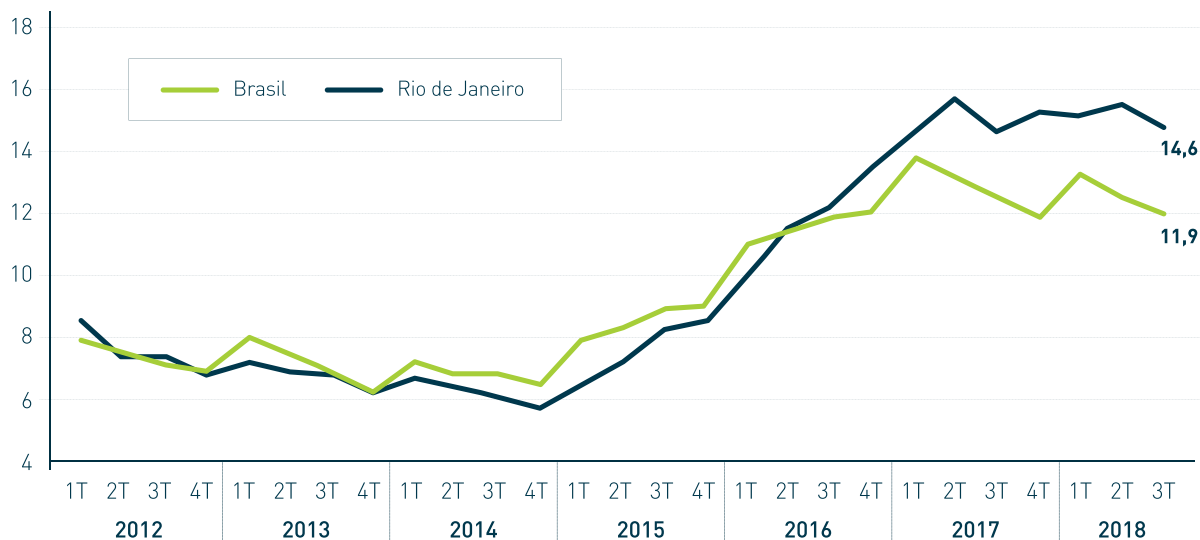
FONTE: Opesociais/IETS. Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Nota: valores correspondem ao 3º trimestre de 2018. O rendimento total refere-se à média ponderada de remunerações de todos os trabalhos.

	TOTAL - ERJ		RENDIMENTO (R\$)
	Nº (EM MILHÕES)	%	
TOTAL	7.315	100,0%	2.545
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	106	1,4%	1.229
Indústria geral	725	9,9%	2.959
Construção	515	7,0%	1.720
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.338	18,3%	1.905
Transporte, armazenagem e correio	483	6,6%	2.061
Alojamento e alimentação	505	6,9%	1.541
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	1.088	14,9%	3.193
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	1.554	21,2%	3.748
Outros serviços	443	6,1%	1.728
Serviços domésticos	558	7,6%	1.033

O período a partir de 2015 é caracterizado pelo aumento das taxas de desemprego no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro. Segundo os dados da Pnad Contínua Trimestral, o Estado do Rio de Janeiro, no terceiro trimestre de 2018, tinha taxa de desemprego superior à média nacional, 14,6% e 11,9%, respectivamente. Entre 2012 e 2018, conforme dados disponíveis da série (desde 1º trimestre de 2012), a taxa de desemprego brasileira aumentou 4 pontos percentuais, ao passo que no Rio de Janeiro, o aumento foi de 6,1 p.p. Até o momento desta publicação, mais de 1,2 milhão de pessoas encontravam-se desocupadas estado do Rio de Janeiro, onde a taxa de participação mantém-se relativamente estável, em 60,5%.

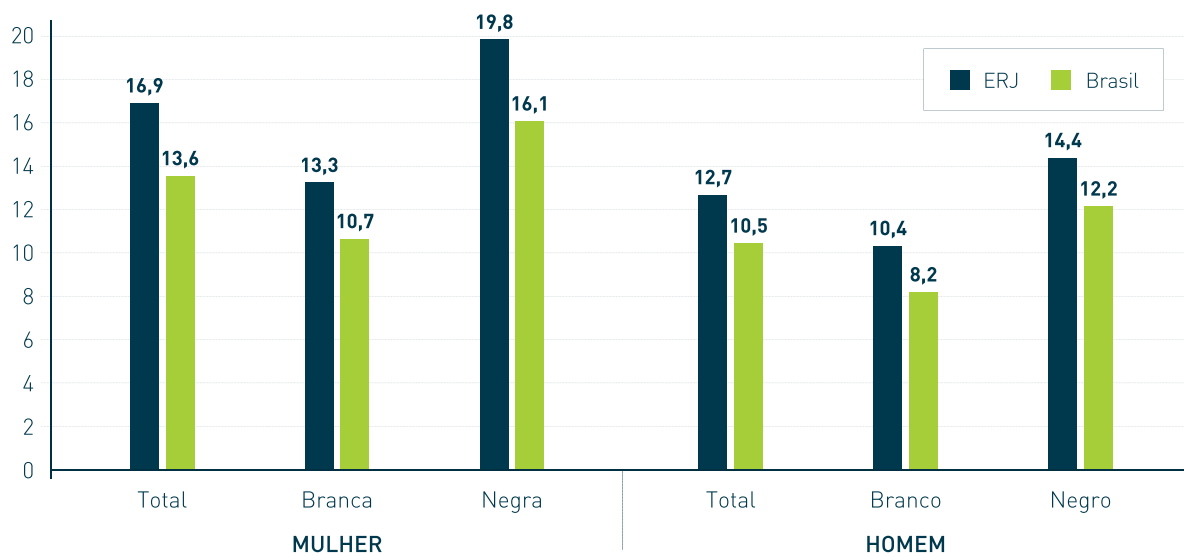
O componente racial é determinante. O desemprego atinge em maior intensidade as mulheres, particularmente as negras (pretas ou pardas), tanto no nível estadual quanto no nacional. No Rio de Janeiro, a taxa de desemprego das mulheres negras (19,8%) é praticamente o dobro da dos homens brancos (10,4%).

**GRÁFICO 7 | EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NO ERJ E BRASIL (%)** FONTE: Opesociais/IETS.  
Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).



**GRÁFICO 8 | TAXA DE DESEMPREGO POR SEXO E COR/RAÇA NO ERJ E BRASIL (%)**

FONTE: Opesociais/IETS. Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).  
Nota: valor correspondente ao 3º trimestre de 2018.

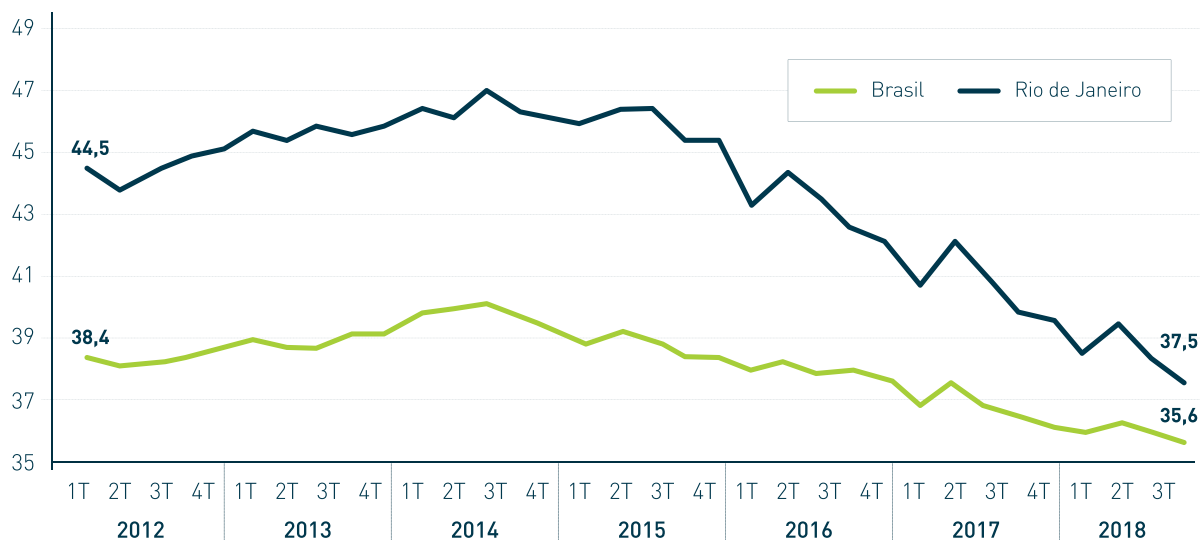


A deterioração das condições de trabalho foi bastante expressiva durante a crise econômica, sobretudo no Rio de Janeiro, como mostra a evolução da porcentagem de empregados com carteira assinada. O gráfico a seguir aponta a queda no Rio de Janeiro, que ocorreu de forma muito mais acelerada do que no restante do país, especialmente a partir de 2015. Alcançou patamar semelhante ao nacional no terceiro trimestre de 2018, 37,5% e 35,6%, respectivamente.

**GRÁFICO 9 | EVOLUÇÃO DO EMPREGO COM CARTEIRA ASSINADA NO ERJ E BRASIL (%)**

FONTE: Opesociais/IETS. Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

Nota: Refere-se ao percentual de empregados com carteira assinada no setor privado.



Quando não se encontram oportunidades no setor formal, boa parte dos desempregados busca alternativa de renda na informalidade<sup>6</sup>. Como resultado, 37,4%<sup>7</sup> dos ocupados do estado estão em postos informais, cerca de 3 milhões, considerando o conjunto de trabalhadores sem carteira assinada, por conta-própria sem CNPJ e empregador sem CNPJ. Entre 2016 e 2018, houve grande aumento dos trabalhadores por conta-própria sem CNPJ, com acréscimo de 2,2 p.p. no período – representam 22,4% dos ocupados no estado do Rio. É, portanto, intuitivo inferir que boa parte do contingente que perdeu emprego com carteira assinada esteja se reposicionando em postos de trabalho por conta-própria e não em posições sem carteira assinada, uma vez que estas taxas estão praticamente estáveis. Nos estratos de mais alta escolaridade, isso pode estar relacionado com o aparecimento de plataformas de comércio digital e o fenômeno da economia compartilhada, como Uber, Airbnb, sites para “freelancers”, entre outros, que alavancam oportunidades de negócios por conta-própria, com baixas barreiras à entrada.

6. Considera-se informalidade no mercado de trabalho como o conjunto de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada ou por conta-própria e empregadores sem CNPJ.

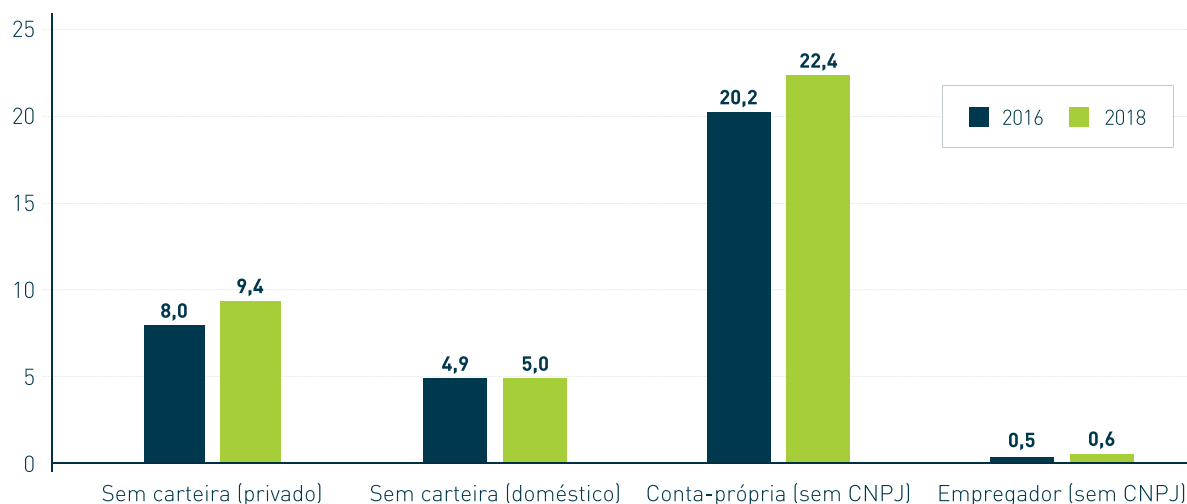
7. Não foram considerados no cálculo os empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada (1,5% dos ocupados).

**GRÁFICO 10 | PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS INFORMALMENTE NO ERJ (%)**

FONTE: Opesociais/IETS. Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C).

Nota: (1) valores correspondentes aos 3º trimestres de 2016 e 2018. (2) Universo corresponde ao total de ocupados em cada ano.

(3) Não foram considerados empregados no setor público sem carteira de trabalho assinada (1,5% dos ocupados).



No ERJ, o número de empreendedores, considerando a soma do número de trabalhadores por conta-própria e de empregadores, já superou 2,2 milhões, no terceiro trimestre de 2018. A maioria, 83%, não está registrada no CNPJ, mesmo já considerado o aumento de registros na categoria de microempreendedor individual (MEI) nos últimos anos, conforme já analisado na Nota Temática nº 47.

Mesmo experimentando números melhores no setor formal, ainda se percebe resistência na absorção de trabalhadores formais, o que é natural em um ambiente de incerteza em relação ao futuro da economia. O crescimento de 2018 ainda não encorajou, de forma consistente, empresas a contratarem, o que pode ser visto no decréscimo do saldo de admissões e demissões no Brasil. Timidamente, o estado do Rio de Janeiro recupera a criação de novos de postos de trabalho formais. O gráfico 3 apresenta a evolução recente do saldo entre admissões e demissões no total de empresas brasileiras, do Sudeste e do ERJ, de 2015 a 2018.

**TABELA 4 | DISTRIBUIÇÃO ABSOLUTA E NOMINAL DE OCUPADOS, SEGUNDO POSIÇÃO E FORMALIZAÇÃO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018**

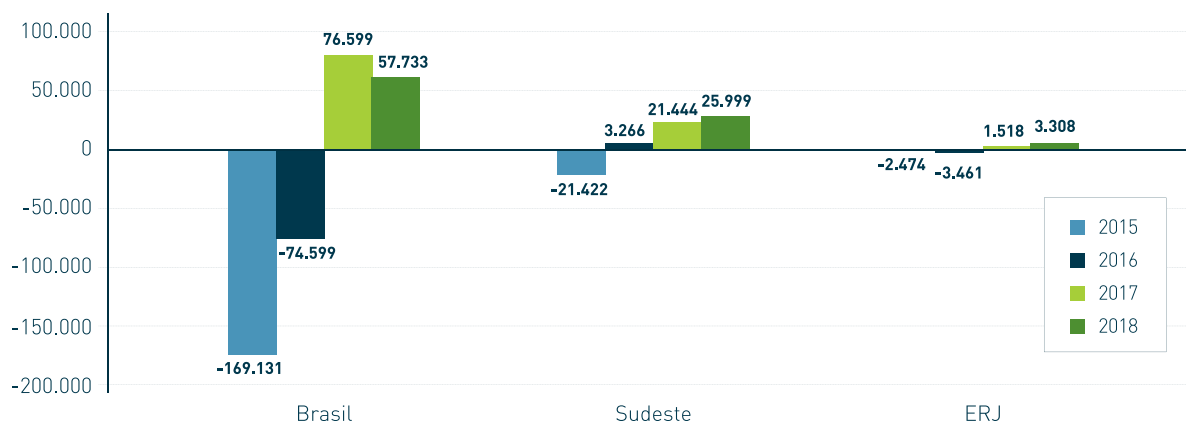
FONTE: Opesociais/IETS. Estimativas produzidas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C). Nota: valor correspondente ao 3º trimestre de 2018.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Nº DE OCUPADOS (EM MILHARES)	REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL (R\$)	Nº DE OCUPADOS BRASIL
<b>EMPREGADO</b>	5.033	2.536	62.475
Setor privado (exclusive trabalhador doméstico)	3.438	2.121	44.483
Com carteira	2.750	2.246	32.972
Sem carteira	687	1.613	11.511
Trabalhador doméstico	558	1.033	6.259
Com carteira	190	1.261	1.811
Sem carteira	368	915	4.448
Setor público	1.037	4.717	11.732
Com carteira	120	6.284	1.293
Militar e funcionário público estatutário	805	4.904	7.879
Sem carteira	112	1.696	2.560
<b>EMPREGADOR</b>	284	5.476	4.429
Com CNPJ	237	5.801	3.525
Sem CNPJ	47	3.844	904
<b>CONTA PRÓPRIA</b>	1.995	1.927	23.496
Com CNPJ	348	3.588	4.577
Sem CNPJ	1.647	1.577	18.919
<b>TRABALHADOR FAMILIAR AUXILIAR<sup>8</sup></b>	29	-	2.222
<b>TOTAL</b>	7.341	2.545	92.622

8. Segundo IBGE, trabalhador formal auxiliar é aquele que trabalha sem remuneração, em apoio a atividades econômicas da família, como comércio ou cultivo.

**GRÁFICO 11 | SALDO ENTRE ADMISSÕES E DEMISSÕES NO TOTAL DAS EMPRESAS, MÉDIAS DE OUTUBRO - 2015 A 2018**

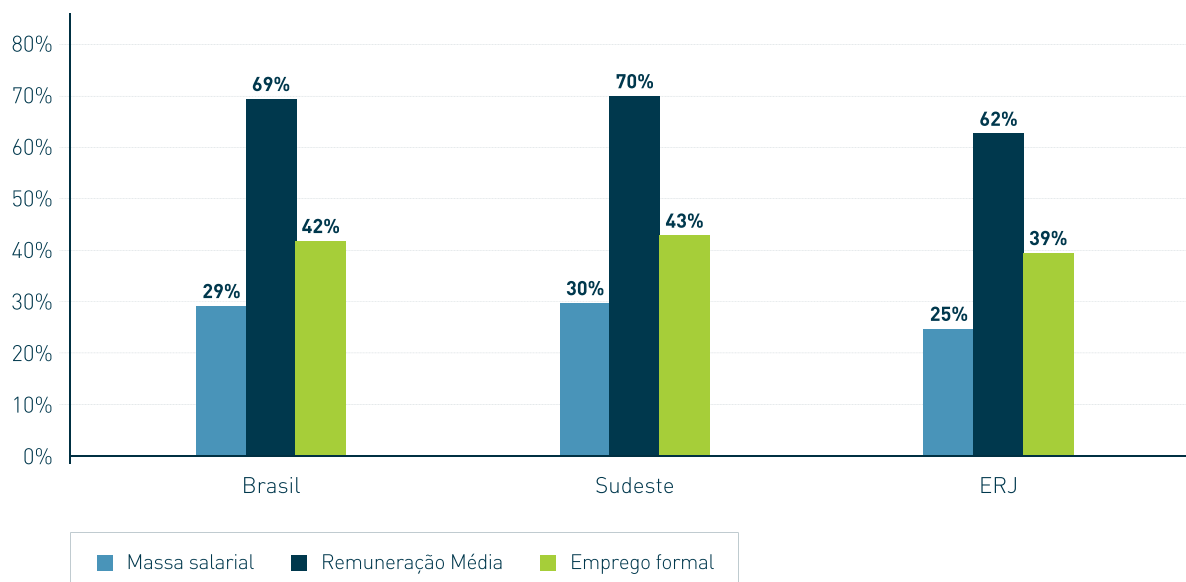
FONTE: IETS com base nos dados do Caged/MTPS, 2015 a 2018 (mês de referência outubro, último mês de microdados disponível até a elaboração deste estudo).



A capacidade de geração de emprego e renda das micro e pequenas empresas é considerável. O gráfico 12 apresenta a sua participação na geração de emprego formal e da massa salarial. Em 2017, geraram 41,9% do emprego formal no país e 39,3% no estado do Rio; além disso, foram responsáveis por 29% da massa salarial no Brasil e 24,5% no ERJ. As MPEs do estado têm desempenho pior na remuneração média de seus empregados na comparação nacional e regional: a remuneração dos empregados nas MPEs fluminenses (R\$ 1.921,97) equivale a 62,3% da média do total de trabalhadores formais no estado, ante 69,2% no Brasil e 69,7% no Sudeste. Vale notar que a participação das empresas de micro e pequeno porte têm considerável importância diante da média nacional.

**GRÁFICO 12 | PARTICIPAÇÃO DAS MPES NA MASSA SALARIAL, REMUNERAÇÃO MÉDIA, E DO PESSOAL OCUPADO NAS MPE NO TOTAL DE EMPRESAS - 2017**

FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTPS, 2017.



O Quadro 1 aponta a representatividade do conjunto dos sete setores estratégicos do Sebrae/RJ nas MPE do Estado do Rio de Janeiro. Ao todo, em 2017, somavam 117.558 estabelecimentos registrados na relação anual, e empregavam 720.942 pessoas em postos formais de trabalho. Os setores apresentavam uma remuneração média de R\$ 2.159,26 montante 8,4% maior ao percebido da média das MPEs fluminenses.

#### QUADRO 1 | REPRESENTATIVIDADE DOS SETORES ESTRATÉGICOS NAS MPE DO ERJ - 2017

FONTE: IETS com base nos dados da RAIS/MTPS, 2017.

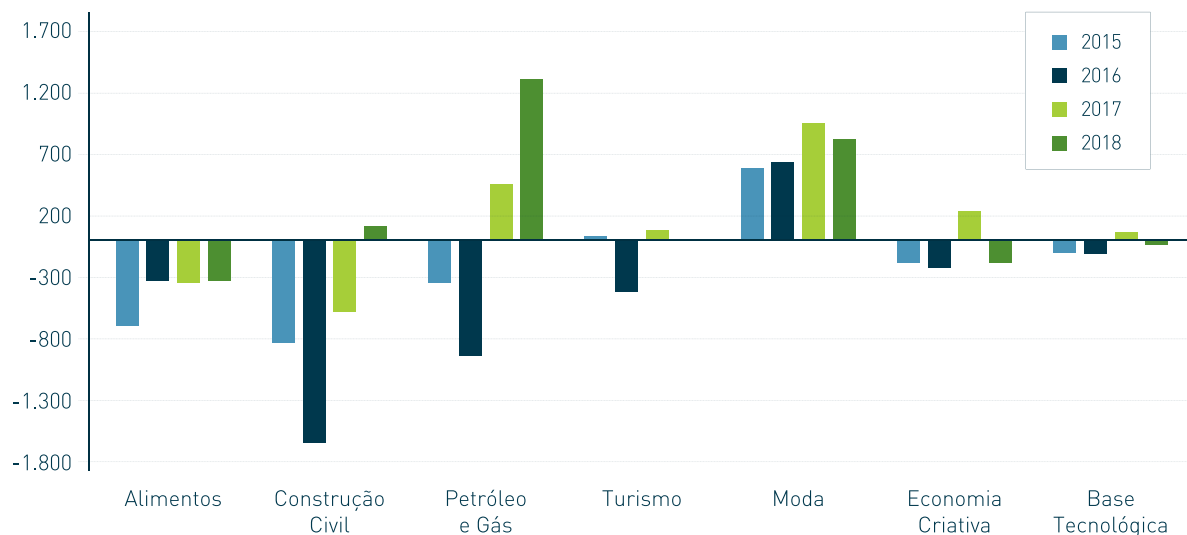
AS MPE DOS SETE SETORES ESTRATÉGICOS DO SEBRAE	
117.558 ESTABELECEMENTOS	43,5% das MPE fluminenses
720.942 empregados	45,3% das MPE fluminenses
REMUNERAÇÃO MÉDIA: R\$ 2.159,26	8,4% MENOS QUE A MÉDIA DAS MPES FLUMINENSES

Acompanhando o que foi verificado para o Estado do Rio de Janeiro, para a maior parte das MPEs dos setores selecionados, o período entre 2015 e 2018 caracteriza-se pela destruição de postos de trabalho – com exceção no setor de moda. O último ano apresentou visível recuperação do setor de Petróleo e Gás em termos dos saldos de contratações e demissões: as MPEs deste setor criaram mais de mil postos de trabalho formais, resultado superior ao de moda que apresentava os melhores resultados da série até então.

O gráfico abaixo ilustra o desempenho recente do emprego formal nas MPE por setor, a partir dos dados do Caged/MTPS. Comparando-se os meses de outubro de 2015 e 2018, a deterioração do mercado de trabalho foi mais intensa em 2016 em todos os setores, com exceção de alimentos, que apresentou o pior resultado em 2015. Como já observado, 2018 foi um ano de recuperação para as MPEs fluminenses, com aumento nas admissões nos setores de petróleo e gás e construção civil. Apesar do setor de moda apresentar um resultado inferior ao ano anterior, este ainda se coloca como setor com melhores números da série analisada em termo de número de admissões.

**GRÁFICO 13 | SALDO ENTRE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS NAS MPE POR SETORES**

**ESTRATÉGICOS - 2015 A 2018** FONTE: IETS com base nos dados do Caged/MTPS, 2015 a 2018 (mês de referência outubro, último mês de microdados disponível até a elaboração deste estudo).

**EMPREENDEDORISMO MATERNO**

Um recorte peculiar do empreendedorismo refere-se ao “empreendedorismo materno”<sup>9</sup>, mulheres que abrem negócios após a chegada dos filhos. O fenômeno do empreendedorismo materno é crescente no Brasil e merece destaque. Para as mulheres, particularmente aquelas com filhos, o empreendedorismo amplia alternativas de renda, com potencial de aumentar a autonomia, emancipação financeira e capacidade de conciliação entre trabalho remunerado e doméstico. Porém, é preciso observar o tema com atenção: no Brasil, o diferencial de rendimento entre homens e mulheres empreendedores, por exemplo, é de 22,8% entre os trabalhadores por conta-própria, e 28,5% entre os empregadores - como revelado na Nota Temática nº 48 do Sebrae/RJ.

A Pesquisa da Rede Mulher Empreendedora (RME), realizada em 2016, com 1.376 respondentes, das quais 12,2% do Estado do Rio de Janeiro, revelou que, a cada 100 novas empresas abertas no Brasil, 52 são de mulheres. A maioria tem entre 30 e 39 anos (43%), é casada (61%) e tem filhos (55%). 52% das entrevistadas optaram por empreender pela flexibilidade de horário; 40% para aumentar a renda e 30% para terem mais tempo com a família. No grupo de mães empreendedoras, 75% citaram que a maternidade foi o principal motivo para a abertura do negócio próprio, para mulheres da classe C, o percentual chegou a 83%.

Diferentemente dos homens, que colocam a questão financeira entre as razões principais, a maioria das mulheres decide ter o próprio negócio para alcançar “uma satisfação pessoal”.

9. Nos países de língua inglesa, já há uma expressão própria para “empreendedorismo materno”, conhecida como *mumpreneurship* (incluído no Collins English Dictionary, em 2011).



Outro dado relevante da pesquisa, que pode implicar pior desempenho no negócio, analisa o controle financeiro: 14% das mulheres não têm nenhum controle financeiro da empresa, 33% usam planilha básica de Excel e 19% ainda anotam as despesas e receitas em caderno. Grande parte dessas empreendedoras delega a função ao marido ou outro funcionário.

Segundo estimativas da Pnad-C, as mulheres trabalham em média 73% a mais em horas do que os homens (18,1 contra 10,5), incluídos o trabalho doméstico e de cuidados de pessoas. A sobrecarga de trabalho não-remunerado diminui das mulheres horas disponíveis de trabalho remunerado. Para as empreendedoras, esses e outros fatores (por exemplo, barreiras de crédito e discriminação) tendem a penalizar a produtividade, vendas e lucros. Ou seja, o tempo dedicado ao trabalho doméstico poderia ser utilizado para gerar renda e, por conseguinte, elevar os rendimentos familiares e ampliar sua autonomia econômica. Não só isso: parte desta fração de tempo em trabalho não-remunerado poderia ser alocado em atividades de lazer, cultura e educação.

Além da sobrecarga do trabalho doméstico e dos cuidados destinados à mulher no espaço privado, os estereótipos de gênero influenciam de forma contundente os rendimentos das empreendedoras. Constituídos na infância, esses padrões podem influenciar a “predileção” e, conseqüentemente, a maior inserção de mulheres em áreas de formação e de ocupação específicas - geralmente áreas de qualificação mais baixa, menos intensivas em capital e tradicionalmente de menor remuneração.

Apesar de mulheres jovens ainda optarem em menor proporção por bacharelado em áreas relacionadas às ciências exatas (matemática, ciências ou engenharia), comumente mais prestigiadas e com maior remuneração, estudos mostram que o desempenho escolar de meninas é superior ao dos estudantes do sexo masculino em todas as áreas, inclusive nas exatas (FERRAND, 1994)<sup>10</sup>. Essa opção pela área de formação pode também estar associada a uma maior “ansiedade” e menor “autoconfiança” de mulheres jovens em relação a áreas exatas. Na vida adulta e na gerência de seus negócios, essa percepção sobre domínio dos números pode implicar diretamente maior aversão ao risco, menor poder de barganha (menor competitividade), maior dificuldade em estabelecer preços (“*price setting*”), ou mesmo no controle financeiro cotidiano, como explicitado na pesquisa da RME (2016). Todos esses fatores têm como resultante um desempenho mais restrito dos negócios, portanto menor renda.

Segundo o Relatório “Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo” (2016)<sup>11</sup>, publicado pelo Sebrae, as mulheres brasileiras conseguem estabelecer novos negócios na mesma proporção que os homens, mas encontram preconceito de gênero; menor credibilidade pelo fato de o mundo dos negócios ser mais tradicionalmente associado a homens; maior dificuldade de financiamento; além de uma dificuldade para conciliar demandas da família e do empreendimento.

10. FERRAND, Michèle. A exclusão das mulheres da prática das ciências. Uma manifestação sutil da dominação masculina. Estudos Feministas, p. 358-367, 1994.

11. GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). Empreendedorismo no Brasil – Relatório Executivo. SEBRAE, 2016.

## EM RESUMO

Para os próximos anos, as expectativas macroeconômicas são de modesta recuperação. Revelam um cenário desafiador, em particular para o estado do Rio de Janeiro. Com o agravamento da crise econômica e a destruição e precarização significativas de postos de trabalho, mais pessoas entraram no mercado para compor a renda familiar, buscando a informalidade como alternativa.

O empreendedorismo está cada vez mais no centro da transformação no mundo do trabalho, onde se notam, de forma mais comum e frequente, uma flexibilização de contratos de trabalho e a emergência de novas relações de trabalho estabelecidas pela “Economia Compartilhada” e “Economia sob Demanda”, que têm implicado o aumento da participação de trabalhadores por conta própria e “*freelancers*”, tanto como prestadores de serviços quanto como produtores/vendedores de bens no mercado, sem intermediação de terceiros.

Sob estas observações, o incentivo a ações e políticas, que promovam a equidade de oportunidades, deve beneficiar diretamente o desenvolvimento econômico e o alívio da pobreza. Isso pressupõe olhar atentamente questões relacionadas a gênero e cor/raça, principalmente o empreendedorismo materno, já que esses dados refletem a desigualdade no mercado de trabalho. Além disso, é fundamental garantir um ambiente econômico que atraia investimentos de longo prazo, de forma sustentável, e que proporcionem bem-estar para a população fluminense.

## E MAIS...

- A aprovação da Reforma da Lei Trabalhista, que permite a terceirização das atividades-fim traz nova perspectiva de transformação no mundo do trabalho. Poderá implicar a transferência de muitos trabalhadores da condição “pessoa física” para de “pessoa jurídica” – de outro modo, prestadores de serviços. Isto é, muitos empregados poderão ressurgir como novos “empreendedores”.
- A lei 13.352/2016, conhecida como lei do salão parceiro, em vigor desde o início de 2017, tem como objetivo regularizar a contratação de profissionais como cabeleireiros, esteticistas e manicures, sem que haja vínculo empregatício, mas respeitando a segurança jurídica das relações. Cada profissional de beleza poderá continuar atuando para receber uma comissão de acordo com os valores de mercado. Em contrapartida, o dono do salão tem a segurança na questão tributária e trabalhista.